

População, família e renda no Rio de Janeiro (1970-85)*

José B. de Figueiredo**

Nelson do Valle Silva***

Families are the major nonmarket institution through which incomes are jointly generated, pooled and redistributed.

Yoram Ben-Porath

O objetivo deste artigo é descrever a evolução do estado social da população do Rio de Janeiro entre 1970 e 1985, comparando indicadores sociais e, em particular, decompondo a renda familiar em diversos fatores (econômicos e demográficos) que condicionaram sua evolução. Dando início ao texto são feitas algumas referências às relações existentes entre dinâmica populacional e desenvolvimento econômico, destacando-se o papel da família como instituição geradora e redistribuidora da renda. Em seguida, são identificadas algumas mudanças relevantes ocorridas no período em termos das variáveis demográficas (fecundidade, migração) e econômicas (taxa de participação). Finalmente, sintetizando esses pontos, estima-se, através de uma equação de definição da renda familiar, a contribuição relativa de fatores explicativos da dinâmica dessa renda.

1. Apresentação; 2. Dados, definições e métodos; 3. O estado social da população – 1970 a 1985; 4. Algumas mudanças no comportamento demográfico; 5. Decompondo a renda familiar; 6. Conclusões.

1. Apresentação

A literatura sobre a relação entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico é já bastante extensa. No entanto, em termos de resultados ela é basicamente inconclusiva, em particular no que diz respeito aos aspectos distributi-

*Os autores agradecem ao analista do IBGE J. A. Raupp, responsável pela geração das tabulações especiais que compõem estatisticamente o presente trabalho, e também aos Profs. I. Kerstenetzky, T. Lustosa e H. Tolosa pelos seus comentários e sugestões.

**Do IEI/UFRJ.

***Do LNCC/CNPq.

vos dessa relação.¹ De um modo geral, quando se considera o possível efeito do crescimento populacional sobre a desigualdade de rendimentos, atribui-se um papel fundamental às mudanças na composição populacional e como supostamente essas mudanças devem se refletir na distribuição de rendimentos. Assim, por exemplo, Morley, desenvolvendo uma proposta originariamente formulada por Paglin,² sugere que o rejuvenescimento da distribuição etária ocasionada pelas altas taxas de crescimento nos anos 50 atuou no sentido de aumentar a desigualdade na distribuição de rendimento no Brasil entre 1960 e 1970. A lógica subjacente a essa hipótese apóia-se no fato de que os jovens têm rendimentos significativamente inferiores aos dos trabalhadores mais velhos, e que um aumento de sua participação relativa no mercado de trabalho tende a aumentar o componente intergrupos da variância total dos rendimentos, além de um possível efeito depressivo no nível de rendimento médio desse grupo jovem ocasionado pelo acréscimo na competitividade entre trabalhadores dentro do grupo.³

Observe-se, entretanto, que esse argumento omite um elemento importante, qual seja a variação específica por idade dos rendimentos. Como mostra Lam, o fato de que para o Brasil as variâncias de rendimentos por idade se comportam como as médias desses rendimentos (menores valores nos extremos do que no meio da distribuição) implica que, enquanto a variância entre grupos de idade tende a crescer com o rejuvenescimento da estrutura etária, a variância intragrupos tende a decrescer, dada a pequena variância nas idades mais jovens. Obviamente, a resultante final desses dois fatores contraditórios é uma questão empírica, e Lam mostra que no caso específico do Brasil as mudanças substanciais ocorridas na estrutura etária da população entre 1940 e 1980 tiveram um impacto provavelmente muito diminuto sobre a desigualdade total, embora para a década de 60 o efeito distribucional pareça ser ligeiramente negativo, como sugerira antes Morley.⁴ Assim, quando se consideram as mudanças na composição etária da população (e mudanças na estrutura etária não são as únicas relevantes na relação população/desenvolvimento: por exemplo, alterações no perfil rural/urbano ou na distribuição regional da população são também alguns, dentre outros fatores composicionais, que claramente devem afetar de forma significativa

¹ Para um *survey* recente dessa literatura, ver Johnson, D. Gale Lee, Ronald D., ed. *Population growth and economic development: issues and evidence*, Madison. University of Wisconsin Press, 1987, especialmente o capítulo 15, de D. Lam, *Distribution issues in the relationship between growth and economic development*, p. 589-627.

² Morley, S. The effect of changes in the population on several measures of income distribution. *American Economic Review*, 71(3):285-94, 1981; Paglin, M. The measurement and trend of inequality: a basic revision. *American Economic Review*, 65(3): 520-31, 1975.

³ Esta hipótese foi também elaborada por M. H. Simonsen em 1978, baseado em trabalho anterior de Morley. O debate que se seguiu à publicação do trabalho de Simonsen ilustra a tendência predominante no Brasil de se atribuir a possíveis efeitos diretos de políticas governamentais as mudanças observadas na desigualdade. Ver a série de artigos publicados com o título coletivo de Debate: economistas contestam Simonsen, em *Ensaio de Opinião*, 8:7-31, 1978.

⁴ Lam (1987, p. 597-8).

o nível de desigualdade), é crucial que se considerem não só os *níveis médios* das variáveis (renda) populacionais nos grupos em questão, como também as *variâncias* dentro desses grupos. O impacto distributivo final vai depender da importância relativa de cada um desses elementos e das mudanças neles observadas.

Quando se enfoca não a questão da desigualdade, mas a do nível de bem-estar da população, a análise da relação entre a dinâmica demográfica e o desenvolvimento econômico ainda mais se complica. Em primeiro lugar, a unidade recipiente de renda relevante normalmente se desloca do nível individual para o nível familiar, dado o papel desempenhado pela família na alocação de recursos e no consumo. O orçamento familiar é que nos dá a medida mais adequada da qualidade de vida usufruída pelos membros das famílias, embora a distribuição de recursos dentro da família quase nunca seja totalmente uniforme.⁵ Com isso, as mudanças na estrutura populacional afetam não só a distribuição dos rendimentos individuais – e, portanto, dos elementos constitutivos da família – como também afetam/refletem a composição interna da família.

As consequências de mudanças simultâneas na distribuição de rendimentos e na composição populacional não são triviais, já que existe uma tendência de o tamanho da família estar positivamente associado à renda familiar total, mas negativamente relacionado com a renda familiar *per capita*, isto é, com a renda familiar total dividida pelo número de membros da família. Com isso, os resultados de análises e seus correspondentes diagnósticos podem discrepar radicalmente, conforme tenha-se optado por se focar os rendimentos individuais, os rendimentos familiares totais ou os rendimentos familiares *per capita*. Por exemplo, Visaria,⁶ utilizando dados de um conjunto de países asiáticos, mostra que os índices usuais de desigualdade, quando baseados nas distribuições de renda familiar *per capita*, apresentam sempre valores significativamente mais baixos do que quando calculados a partir das distribuições familiares totais. Por outro lado, Hoffmann e Kageyama,⁷ analisando a desigualdade de rendimentos no Brasil en-

⁵ Como observam Pastore e seus colaboradores, “a família domiciliar brasileira constitui uma importante unidade econômica. É ela que aloca e redistribui sua força de trabalho no mercado – força essa composta de membros adultos e, muitas vezes, de menores. O resultado econômico final – ou seja, o orçamento familiar – depende da quantidade, da qualidade e da intensidade segundo a qual essa força de trabalho é utilizada. Ou seja, depende das estratégias familiares... o mais comum na economia doméstica da família brasileira é a prática de uma certa redistribuição interna – tanto das benesses como do sofrimento. Por isso, a situação de cada indivíduo é resultado não só de seu desempenho individual mas, sobretudo, da posição que ocupa na estrutura familiar, de suas responsabilidades e de suas características sociais e demográficas” (Pastore, José; Zylberstajn, H. & Pagotto, C. S. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980 (O que ocorreu com a família brasileira?* São Paulo, Fipe/Pioneira, 1983, p. 3-4). Pfeffermann, G. & Webb, R. Pobreza e distribuição de renda no Brasil: 1960, 1980. *Revista Brasileira de Economia*, 37(2):147-75, abr./jun. 1983, utilizaram o censo demográfico de 1980 e o Endef para quantificar a extensão da pobreza, concluindo que a renda dos pobres foi subestimada no passado.

⁶ Visaria, P. Demographic factors and the distribution of income: some issues. In: Iussp, ed. *Economic and demographic change: issues for the 1980's*. 1979. v. 1, p. 298-320.

⁷ Hoffmann, R. & Kageyama, A.A. Distribuição da renda no Brasil entre famílias e entre pessoas em 1970 e 1980. *Estudos Econômicos*, 16(1):25-51, 1986. Ver também a citação na nota 5.

tre 1970 e 1980, verificam que “na década de 70 cresceu a desigualdade entre pessoas economicamente ativas, embora de forma menos intensa do que na década anterior... quando considera a família como unidade de análise, observa-se entre 1970 e 1980 um ligeiro decréscimo no grau de desigualdade da distribuição da renda. Esse decréscimo se deve, em grande parte, ao aumento do número de pessoas trabalhando por família, especialmente de mulheres e nas famílias mais pobres. Observe-se que aqui os autores já se referem a um outro elemento complicador na análise da distribuição da renda familiar, além do tamanho da família, qual seja o número relativo de pessoas economicamente ativas dentro da família.

Kuznets e vários outros têm argumentado (corretamente, a nosso ver) que a renda familiar *per capita* é um indicador mais adequado do bem-estar dos membros da família do que a renda familiar total.⁸ A escolha entre os dois indicadores depende crucialmente, no entanto, de suposições a respeito da natureza da fecundidade dos casais e do papel desempenhado pelas crianças na família. Por exemplo, se a fecundidade for tida como estando totalmente submetida ao controle voluntário dos casais e as crianças como fornecendo utilidade de qualquer natureza aos pais, então as despesas com as crianças não seriam deduções da renda paterna, mas sim uma externalidade. No que se refere ao caso brasileiro, pensamos que: a) a fecundidade ainda não é uma variável totalmente sob o controle dos casais, e que b) embora as crianças possam representar uma externalidade do ponto de vista dos pais, pelo menos o bem-estar dessas crianças vai depender diretamente do número de pessoas entre as quais a renda familiar é dividida.⁹ Observe-se, entretanto, que a opção pela renda *per capita* conceitualmente maximiza o decréscimo do bem-estar familiar pela adição de mais crianças à família num mesmo nível de renda familiar total.

O objetivo do presente texto é o de dar uma visão sucinta da evolução do estado social em geral e da incidência da pobreza em particular, entre 1970 e 1985, tomando como exemplo uma região brasileira — o Estado do Rio de Janeiro. Como se sabe, o Brasil se caracteriza por profundas clivagens regionais, com trajetórias distintas — e mesmo, por vezes, divergentes —, tanto no que diz respeito ao nível de desenvolvimento sócio-econômico quanto à dinâmica demográfica. Assim, para não introduzir mais um complicador no já complexo quadro da relação entre dinâmica populacional e distribuição de renda, optamos por analisar de maneira isolada uma área relativamente homogênea e que pudesse corresponder a uma aproximação do que poderia ser uma configuração de mercados de trabalho e de bens únicos. O nosso foco não será o de discutir o problema da desigualdade na distribuição dos rendimentos (embora façamos alguma referên-

⁸Ver, por exemplo, Kuznets, S. Size of household and income disparities. In: Simon, J. & Lindert, P., ed. *Research in population economics*. Greenwich, Conn., JAI Press. 1981; Danziger, S. & Taussig, M. The income unit and the anatomy of income distribution. *Review of Income and Wealth*, 25(4):365-75, 1979; e Dalta, G. & Meerman, J. Household income per capita in welfare comparisons. *Review of Income and Wealth*, 26(4):401-17, 1980.

⁹Para uma discussão destes e de outros aspectos da questão, ver Ben-Porath, Y. Individuals, families and income distribution, *Population and Development Review*, suppl. 8:1-16, 1982.

cia a esse aspecto), mas o de tentar mapear a magnitude da mudança tanto nos níveis dos rendimentos quanto nos seus componentes sócio-econômicos e demográficos, sendo feita uma avaliação da contribuição relativa de cada um dos componentes singularizados à mudança total dos níveis de rendimento.¹⁰

2. Dados, definições e métodos

O estudo da evolução do estado social de uma população não prescinde de uma discussão prévia sobre aspectos estatísticos, ligados a fontes e conceitos das variáveis utilizadas, e sobre aspectos metodológicos, notadamente os relativos à escolha entre os diversos critérios de desigualdades "social" e de pobreza.

Este trabalho utiliza-se essencialmente de duas fontes de dados: os levantamentos do Censo Demográfico de 1970 e da Pnad de 1985.¹¹ Essa escolha prendeu-se ao fato de estarmos preocupados com a evolução a longo prazo dos fenômenos sociais e com uma certa atualidade para as eventuais conclusões que se possa tirar desta análise.

Das três variáveis utilizadas — população economicamente ativa (PEA) ou ocupada, família e renda —, as duas primeiras não merecem maiores comentários, uma vez que sua conceituação é basicamente a mesma nos dois levantamentos, o que os torna diretamente comparáveis. A PEA se define como o conjunto de pessoas de 10 anos de idade ou mais que estavam ocupadas ou procurando trabalho num determinado período de referência. A família é definida como um conjunto de pessoas que têm laços de parentesco ou de dependência doméstica e habitam um mesmo domicílio.

Quanto à variável "renda", ela apresenta problemas que só mencionaremos rapidamente neste texto, uma vez que já foram objeto de inúmeras referências em trabalhos sobre renda no Brasil. Estes indicam que as limitações na qualidade dessa variável devem-se, em primeiro lugar, a uma questão metodológica liga-

¹⁰No que diz respeito à relação entre composição familiar e desigualdade da renda *per capita*, Schultz propõe uma interessante decomposição da variância do logaritmo da renda (indicador clássico de desigualdade) familiar *per capita*. Fazendo:

$$f\bar{Y} = \bar{Y}_n (1 + n_c/n_a)$$

onde n_c é o número de crianças e n_a o número de adultos na família, onde $N = n_c + n_a$ e n_a/n_c é a chamada "razão de dependência" — e $a = \bar{Y}_n(n_a)$, então pode-se fazer $\ln(\bar{Y}/N) = \bar{Y}_n \bar{Y} - \bar{Y}_n n_a - \bar{Y}_n (1 + n_c/n_a)$ reescrito como $y_n = y - a - f$. A variância dessa expressão pode ser decomposta em $V(y_n) = V(y) + V(a) + V(f) - 2Cov(y, a) - 2Cov(y, f) + 2Cov(a, f)$. Schultz aplica essa decomposição aos dados da Colômbia e de áreas rurais da Índia. Entre outros resultados, Schultz observa que a covariância negativa da fecundidade com a renda familiar total (\bar{Y}) tende a aumentar a desigualdade na renda familiar *per capita*, sendo esse efeito relativamente mais forte na Colômbia. Ver Schultz, T.P., Family composition and income inequality, *Population and Development Review*, suppl. 8:137-50, 1982.

¹¹Embora a Pnad 1986 esteja disponível, dado que foi este o ano atípico da aplicação do Plano Cruzado, preferiu-se recorrer às estatísticas disponíveis do ano anterior.

da à forma de medicação utilizada (via questionário). Essa forma leva geralmente a uma subestimação da renda, devida ao esquecimento ou ignorância de fato ou simulada por parte do informante. Uma outra limitação prende-se às diferenças na maneira em que foram estabelecidos os quesitos de renda entre um levantamento e outro.¹² O Censo de 1970 colheu a informação sobre renda das pessoas através de um só quesito, enquanto na Pnad são feitas várias perguntas que discriminam a renda segundo suas diferentes fontes, como trabalho, aluguel, pensão, etc.; essa solução tem por objetivo dar maior precisão e reduzir os erros por omissão involuntária por parte do informante. Ademais, no Censo de 1970 foi fixado um limite máximo de registro das rendas altas, enquanto em 1985 as rendas foram registradas quaisquer que fossem seus valores. Essas diferenças apontam *a priori* para uma subestimação relativamente maior do nível de renda familiar no Censo de 1970. Além do nível, é provável que a dispersão (distribuição) dessa variável esteja também distorcida, uma vez que tais subestimações não afetam indiferentemente a todos os estratos de renda ou pessoas de diferentes níveis de *status* social.

Embora não se possa avaliar precisamente o alcance da distorção introduzida por essas limitações e diferenças no nível de renda, a comparação com outras fontes de informação já mostrou que estas não alcançam proporções que justifiquem, por exemplo, a eliminação do Censo de 1970 como fonte de informação sobre renda familiar. Tanto assim que grande parte do debate sobre distribuição de renda no Brasil sempre utilizou essa referência.¹³ O confronto com variáveis correlatas, tais como o PIB estadual (ver tabela 5), que é estimado por vias totalmente independentes, mostra compatibilidade entre os valores desses levantamentos e as contas regionais.

¹²Censos e Pnad têm sido extensivamente utilizados em análises da evolução da distribuição de renda no Brasil. Por exemplo, Denslow, D. & Tyler, W. Perspectivas sobre pobreza e desigualdade de renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 13(3):863-904, 1983; Hoffmann, R. A pobreza no Brasil: análise dos dados dos censos demográficos de 1970 e 1980. *Anais do VI Encontro Brasileiro de Econometria*, São Paulo, 1984, p. 177-213; Pastore, J.; Zylberstajn, H. & Pagotto, C. 1983, op. cit., Hoffmann, R. & Kageyama, A. (Distribuição da renda no Brasil, entre famílias e entre pessoas em 1970 e 1980. *Estudos Econômicos*, 16(1):25-51, jan./abr. 1986, fazem comparações entre os censos de 1970 e 1980; Hoffmann, R. Distribuição da renda e pobreza entre as famílias no Brasil, de 1980 a 1983. *Revista de Economia Política* (583): p. 50-60, jul./set. 1985, compara os dados do censo de 1980 com o da Pnad de 1983; Bonelli, R. (Renda: todos perdem, mas alguns mais que os outros. *Economia em Perspectiva*, 8, nov. 1984. Carta de conjuntura do Conselho Regional de Economia - SP) utiliza as Pnad de 1979, 1981 e 1983 para analisar a evolução da distribuição da renda pessoal; e Hoffmann, R. (Evolução da distribuição da renda no Brasil, entre pessoas e entre famílias, de 1979 a 1986, mimeogr., 1988) compara os dados das Pnad de 1979, 1981, 1983, 1984, 1985 e 1986 e do censo de 1980. Observe-se que a mensuração de rendimento das Pnad é semelhante à do censo de 1980.

¹³Ver, por exemplo, Fishlow, A. (Brazilian size distribution of income, *American Economic Review*, 62:391-402, May, 1972; Hoffmann, R. & Duarte, J.C. A distribuição da renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 12(2):46-66, abr./jun., 1972; Langoni, C.G. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973; Costa, R.A. *Distribuição de renda pessoal no Brasil em 1970*. Rio de Janeiro, IBGE, 1977; e Rossi, J. W. Distribuição de renda: 1940/1980. *Textos para discussão interna*. Ipca/Inpes, 89, maio 1986.

Quanto ao aspecto da equidade, é igualmente provável que ocorra nos levantamentos uma subestimação do grau de desigualdade na distribuição de renda; novamente, por efeito do questionário, esse desvio deve ser *a priori* mais reduzido na Pnad. Vale notar que a subestimação tanto do nível de renda quanto do seu grau de desigualdade não deve comprometer por demais o sentido dos resultados, sendo que pelo lado da subestimação da renda corre-se tão-somente o risco de superavaliar o contingente de pobres, nunca o contrário.

Um segundo conjunto de observações diz respeito ao conceito de pobreza. Abranches nos dá uma definição simultaneamente plástica e incisiva: "Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar."¹⁴ Desses componentes, é o primeiro — a destituição dos meios de sobrevivência física — que usualmente se toma como referencial empírico, tanto para a mensuração quanto para a caracterização da pobreza, relacionando-o com os demais componentes do conceito. Encontramos na literatura duas vertentes conceituais básicas para o exame da questão da pobreza. A primeira define a pobreza de uma forma *absoluta*, através de um padrão de vida considerado mínimo em termos de certas necessidades básicas definidas *a priori*, tais como nutrição, moradia e vestuário. Assim, pobreza é privação absoluta — como na citação de Abranches —, carência de elementos indispensáveis à sobrevivência com um mínimo de dignidade. Embora esse "mínimo de dignidade" esteja parcialmente sujeito a variações culturais, supõe-se que os requerimentos impostos pela sobrevivência física sejam razoavelmente universais, permitindo o estabelecimento de uma "linha de pobreza" coincidente com esses requerimentos mínimos (conforme discutido mais adiante).

O segundo enfoque define pobreza como privação relativa, explicitando conceitualmente a interdependência entre o fenômeno da pobreza e desigualdade na distribuição da renda. Nesta abordagem é considerado "carente" o segmento localizado na base da pirâmide da distribuição da renda, por exemplo, os 20% ou 25% mais pobres da população. O problema desse enfoque é sua postulação de que existe necessariamente uma certa fração de pobres constante e permanente em todas as sociedades modernas onde haja qualquer nível de desigualdade, por menor que ela seja. Como lembra Szal, a relação entre pobreza e desigualdade é empírica, esta última não implicando necessariamente a primeira, já que podemos ter sociedades bastante desiguais sem a presença de carências graves e, inversamente, em sociedades muito pobres a desigualdade pode ser mínima ou não-existente de todo.¹⁵ Assim, acreditamos que o conceito de privação relativa deve ser reservado para referência à desigualdade propriamente dita, e que é mais adequada para o exame da questão da pobreza uma definição de forma absoluta. Assim, esta é orientação adotada no que se segue.

¹⁴ Abranches, S. *Os despossuídos, crescimento e pobreza no país do milagre*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p. 30.

¹⁵ Szal, R. *Poverty: measurement and analysis*. Genebra, OIT, 1977.

No que diz respeito à identificação e mensuração da pobreza, segundo Sen são duas as alternativas metodológicas: a primeira alternativa é o método direto, consistindo este em se classificar na categoria “pobre” todas as famílias cujo nível de consumo de certos bens e serviços — aqueles considerados essenciais à sobrevivência — está abaixo de um certo mínimo; a segunda alternativa, o método da renda, consiste em se calcular o nível de renda associado à satisfação mínima das necessidades básicas, estabelecendo, assim, uma “linha de pobreza”. Todo indivíduo (ou família, conforme o caso) com rendimento abaixo dessa linha é considerado “pobre”.¹⁶ O método direto apresenta algumas dificuldades associadas ao estabelecimento do que seria a cesta básica de bens e serviços, dadas as grandes variações individuais nos gostos e preferências de consumo, adicionando-se ainda a restrição de minimalidade para o custo total da referida cesta. Ou seja, encontramos indivíduos ou famílias cujo consumo de certos itens da cesta pode estar abaixo do nível mínimo e acima desse mínimo em outros itens, podendo tais diferenças frequentemente refletir mais um estilo de vida, preferências individuais, do que uma situação de pobreza propriamente dita. Dessa forma, o método da renda é mais utilizado, já que, como indica Sen, ele acomoda as variações nas preferências individuais sem violar a noção de pobreza como destituição: permite a identificação de quem *não tem capacidade* de satisfazer suas necessidades básicas dentro de padrões de consumo que podem variar entre comunidades ou, mesmo, entre famílias e indivíduos. Por essas razões, e por ainda outras de ordem prática — facilidade de obtenção de informações sobre rendimentos, o fato de a última pesquisa sobre consumo (o Endef) já ter mais de 13 anos de idade, a comparabilidade com outras pesquisas —, optou-se aqui pelo método da renda na mensuração da pobreza.¹⁷

Embora geralmente baseada no método da renda, a quantificação da linha de pobreza tem variado muito nos estudos sobre a situação brasileira. Por exemplo, Hoffmann localiza a linha de pobreza em termos do nível da renda familiar total, e Pastore e seus colaboradores utilizam a renda familiar *per capita*, localizando em 1/4 de salário mínimo *per capita* a linha de “extrema” pobreza. Já Santos utiliza a renda individual e define três cortes de pobreza: a população “miserável”, parcela da População Economicamente Ocupada (PEO) que percebe até meio salário mínimo; a população “indigente”, percebendo de meio a um salário mínimo; e a população “pobre” *stricto sensu*, parcela da PEO que ganha entre um a dois salários mínimos. De forma semelhante, Costa utiliza três níveis de pobreza a partir dos rendimentos individuais, definidos por linhas de um, dois e três salários mínimos. Também, como indica Calsing, os programas governa-

¹⁶ Sen, A. *Poverty and famines*, Oxford, Clarendon Press, 1981.

¹⁷ Uma revisão da literatura sobre pobreza no Brasil, particularmente aquela baseada no método direto, encontra-se em Lustosa, T. *Os limites da pobreza*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, mimeogr., 1987.

mentais para população de baixa renda geralmente colocam a linha de pobreza em três salários mínimos.¹⁸

Como já indicamos, para identificação e delimitação da pobreza será utilizada aqui a renda familiar total como ponto de partida. Parece claro que a família é a unidade de análise mais relevante para o estudo da pobreza, uma vez que os níveis de bem-estar dos indivíduos estão mais fortemente associados aos níveis de rendimentos das famílias a que pertencem do que aos seus próprios rendimentos pessoais. No entanto, para refletir mais corretamente o nível de bem-estar material entre os membros da família, há que se considerar o tamanho da família. Claramente, uma família unipessoal com renda total de um salário mínimo desfrutará de um nível de bem-estar bem superior ao de uma outra com esse mesmo nível de rendimentos totais, mas que seja composta por, digamos, quatro pessoas. Para contornar o problema imposto pelas diferenças dos tamanhos das famílias, utilizaremos a variável "renda familiar *per capita*" (ou seja, a renda familiar total dividida pelo tamanho da família) para medir as diferenças no nível de bem-estar material entre as famílias. Alternativamente, considerando que existe uma variação dentro das famílias nos níveis de consumo em função de variáveis como idade e sexo, atribuiremos pesos diferenciados aos membros das famílias em função dessas variáveis, calculando também a variável "renda familiar por adulto-equivalente".¹⁹ Em ambos os casos optou-se pela definição de duas linhas

¹⁸Holfmann, R. (1984, op. cit.); Pastore et alii (1983, op. cit.); dos Santos, W. G. O estado social da nação. In: Jaguaribe, H.; dos Santos, W. G.; Abreu, M.; Fritsch, W. & Ávila, F.B. de. *Brasil, 2000*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986; Costa, R.A. Pobreza no Brasil: uma análise recente. In: Calsing, E.; Schmidt, B.V. & Costa, R.A. *O menor e a pobreza*. Brasília, Iplan/Ipea, 1986; Calsing, E. *Dimensionamento e caracterização da pobreza no Brasil*. Brasília, CNRH, 1983. mimeogr.

¹⁹As ponderações (escala adulto-equivalente) utilizadas, que visam corrigir a capacidade de consumo em função da idade, foram propostas por François Patrick, perito da FAO, em documento mimeografado (1976) para a aplicação aos dados do Endef/IBGE de 1974/75. Os valores dessas ponderações são os seguintes:

Idade	Fator de ponderação	Idade	Fator de ponderação	
			Homens	Mulheres
1	0,30			
1	0,39			
2	0,43	14	0,85	0,80
3	0,48	15	0,90	0,81
4	0,52	16	0,95	0,80
5	0,54	17	0,97	0,76
6	0,57	18	0,99	0,77
7	0,60	19	0,99	0,72
8	0,63	20-24	1	0,80
9	0,67	25-49	1	0,80
10	0,70	50-59	1	0,80
11	0,74	60-69	0,90	0,70
12	0,76	70-80	0,90	0,70
13	0,78	> 80	0,90	0,70

indicativas de situações diferenciadas de carência: a linha até 1/4 de salário mínimo (*per capita* ou por adulto-equivalente, conforme o caso), indicando as famílias em situação que será referida como “miséria”; a linha até meio salário mínimo (englobando, portanto, a população “miserável”), a qual será referida como população “pobre” no sentido mais amplo.²⁰

Finalmente, convém alertar para dois possíveis vieses na metodologia adotada. Em primeiro lugar, o fato de as famílias pobres tenderem a um tamanho maior do que as famílias não-pobres (conforme veremos mais adiante) faz com que, ao não se considerarem eventuais economias de escala do gasto em função do tamanho familiar, o nível de renda familiar *per capita* – e mesmo o por adulto-equivalente – subestime os valores verdadeiros de bem-estar nas famílias pobres relativamente aos das famílias não-pobres. Em segundo lugar, cabe lembrar as notórias dificuldades na mensuração de rendimentos nas áreas rurais. A maior possibilidade de consumo direto das famílias rurais, particularmente no que diz respeito ao item alimentação, faz com que os níveis de rendimentos sejam subestimados relativamente aos das famílias urbanas. Supostamente, com a urbanização rápida da população essa subestimação tende a declinar de importância ao longo do tempo. Assim, ao todo, pode-se dizer que a metodologia adotada tende a subestimar os verdadeiros níveis de bem-estar das famílias pobres, e em especial das famílias pobres rurais.

3. O estado social da população – 1970 a 1985

Quando consideramos a evolução da renda familiar, verificamos que, conforme seria de se esperar, existe considerável diferença entre os crescimentos da renda familiar total e da renda familiar *per capita*. Utilizando como deflator o Índice Geral de Preços ao Consumidor para o Rio de Janeiro,²¹ obtemos para 1970

²⁰ Observe-se que os referenciais aqui adotados correspondem, *grossa modo*, ao que outros pesquisadores adotaram. Considerando que o tamanho médio das famílias no Brasil em 1985, segundo a Pnad, era de 4,09 pessoas, a população miserável conforme definida acima é idêntica à utilizada por Pastore et alii (1984, op. cit.) e equivalente à definição da linha de pobreza de Hoffmann (1984, op. cit.) Traduzindo em dólares, a linha mais ampla de “pobreza” (até 1/2 salário mínimo *per capita* ou adulto-equivalente) correspondia em 1985 a cerca de 25 dólares. Essa definição corresponde também, aproximadamente, aos valores utilizados por algumas agências internacionais, como o Banco Mundial, para classificar os países segundo seus níveis de riqueza: freqüentemente a linha de pobreza para países é localizada no nível de 300 dólares anuais *per capita*, o que equivale aos 25 dólares da linha de pobreza aqui adotada. Veja-se, nesse sentido, Birdsall, N. *Population and poverty in the developing world*. Washington, World Bank, 1980.

²¹ Para deflacionar as rendas familiares optou-se, dentre os vários deflatores disponíveis nas *Estatísticas históricas do Brasil*, publicadas pelo IBGE (1987), pelo índice da tabela 5.13 – Índice de preços ao consumidor na cidade do Rio de Janeiro (total, base março 1986 = 100) – da FGV. Essa escolha prendeu-se ao fato de:

- ... ser esta uma série contínua no período 1970-1985;
- ... ter periodicidade mensal, o que permite apreender a inflação nos meses de referência dos levantamentos da renda familiar;

- ... se referir especificamente à cidade do Rio de Janeiro e ao consumo familiar.

Os valores desse índice são: 0,02198 (ago 70) e 50,3250 (set. 85). Vale notar que se fossem utilizados o índice geral de preços (IGP-DI) da FGV, o índice de preços ao consumidor da Fipe (USP) ou do Dieese (ambos para o município de São Paulo), a renda familiar média em 1985 seria aproximada e respectivamente 21% menor, 46% maior e 21% menor, do que a que consta das tabelas do presente trabalho.

uma renda familiar total média de Cr\$ 927,00 enquanto o valor deflacionado correspondente para 1985 é de Cr\$ 1.366,00 implicando um ritmo de crescimento de cerca de 1,8% ao ano. Já quando calculamos a renda familiar *per capita*, obteremos para aquelas duas datas os valores de Cr\$ 163,00 e Cr\$ 259,00, correspondendo a um ritmo de crescimento de 3,1% ao ano, bem acima do obtido para a renda total.

Expressando as principais características da distribuição de rendimentos em termos de múltiplos de salários mínimos (SM) de 1970 (ver a tabela 1), verificamos que os níveis médios *per capita* cresceram de 0,87 SM em 1970 para 1,385 SM em 1985, com este último valor equivalendo a aproximadamente 56 dólares de 1970 por mês e por pessoa. Observe-se que, quando tomamos não a distribuição *per capita*, mas a por adulto-equivalente, obtemos um ritmo de crescimento bastante semelhante (3% ao ano), embora os níveis médios sejam substancialmente diferentes, devido à diminuição do peso relativo das crianças no denominador da renda familiar. De fato, as estimativas da renda familiar por adulto-equivalente indicam um nível de 1,089 SM em 1970 e de 1,705 em 1985.

Cabe ainda indicar que, apesar das marcadas mudanças nos níveis médios, a *distribuição* da renda familiar *per capita* apresenta-se basicamente estável, com uma ligeira tendência a um aumento da desigualdade (conforme indicam os coeficientes de Gini) durante o período. Considerando-se a relação entre os valores médios e medianos de cada distribuição, observa-se a persistência através do tempo de expressiva concentração das famílias à esquerda da distribuição — ou seja, nas faixas de renda mais baixas — com um pequeno aumento desta assimetria entre 1970 e 1985, seja na renda *per capita*, seja na renda por adulto-equivalente.

Tabela 1
Estado do Rio de Janeiro

Indicadores sintéticos da distribuição da renda familiar (em múltiplos de salário mínimo de 1970)						
Estatística	Per capita			Por adulto-equivalente		
	1970	1985	70/85 % a.a.	1970	1985	70/85 % a.a.
Média	0,870	1,385	3,1	1,089	1,705	3,0
Primeiro decil (10 ⁻¹)	0,127	0,210	3,4	0,177	0,284	3,2
Mediana	0,449	0,701	3,0	0,577	0,869	2,7
Índice de Gini	0,561	0,574	—	0,546	0,568	—

Obs.: o salário mínimo, usado como referencial nas diversas tabelas sobre renda, é igual a Cr\$ 187,20, valor estabelecido em maio de 1970.

Detalhando essa distribuição (tabela 2), pode-se numa primeira abordagem quantificar as mudanças ocorridas em seu extremo inferior. Abaixo do limite de 1/4 de salário mínimo *per capita*, aqueles em estado de “miséria”, encontram-se em 1985 cerca de 13,9% das pessoas; esse percentual, embora alto, representa uma redução de mais da metade, se comparado com o de 1970: 28,6%. Deslocando-se o limite para meio SM, valor freqüentemente adotado para caracterizar o estado de “pobreza”, os percentuais correspondentes são 37,6% para 1985 e 53,9% para 1970, o que novamente aponta para valores altos, embora igualmente decrescentes no tempo. A configuração da distribuição de rendimentos familiares de 1985, relativamente à de 1970, implica, portanto, um deslocamento de um grande contingente das faixas mais baixas para as faixas médias de renda. Com efeito, a faixa que mais absorveu pessoas foi a de um a dois salários mínimos, exatamente a faixa da renda média.

Tabela 2
Estado do Rio de Janeiro

	Distribuição das pessoas por classe de renda familiar			
	<i>Per capita</i>		Por adulto-equivalente	
	1970 (%)	1985 (%)	1970 (%)	1985 (%)
Até 1/8 SM	9,9	3,8	5,5	2,7
1/8 a 1/4 SM	18,7	10,1	12,8	4,8
1/4 a 1/2 SM	25,3	23,7	25,5	19,6
1/2 a 1 SM	21,8	26,1	26,1	28,4
1 a 2 SM	13,9	19,4	16,3	22,7
2 a 3 SM	5,2	6,7	6,2	8,4
3 a 5 SM	3,3	5,2	4,6	6,4
5 a 10 SM	1,6	3,8	2,5	4,9
10 e mais SM	0,3	1,2	0,5	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Como mencionamos anteriormente, a distribuição de rendimentos por adulto-equivalente tem um nível médio marcadamente superior ao da distribuição *per capita*, devido à redução do peso das crianças *vis-à-vis* os adultos no total dos membros da família. Disto resulta que as estimativas da população em situação de carência são bem mais modestas quando tomamos a distribuição por adulto-equivalente, basicamente porque são justamente as famílias mais pobres aquelas que apresentam uma quantidade relativamente maior de crianças. Assim, tomando os mesmos níveis de referência utilizados antes, a estimativa da população em estado de miséria seria de cerca de 7,5% do total de habitantes do Rio de Janeiro, enquanto que a da população pobre estaria no nível de cerca de 27,1% da população do estado, valores bem abaixo daqueles obtidos a partir da distribuição *per capita*.

Adotando-se as estimativas mais conservadoras fornecidas pela distribuição *per capita*, ter-se-ia que mais de um terço da população (4,76 milhões) encontra-

va-se em estado de pobreza em 1985, contingente muito próximo daquele referente a 1970 (4,56 milhões). Conclui-se, portanto, que embora em termos relativos tenha havido uma melhora sensível, verifica-se que em valores absolutos, por efeito entre outras coisas do forte crescimento populacional, o contingente de pobres praticamente não se alterou ao longo do período.

Alguns outros indicadores indiretos confirmam uma tendência no sentido na melhoria do bem-estar da população do estado. Por exemplo, as estimativas da esperança de vida ao nascer apontam para um incremento de um nível de pouco mais de 57 anos em 1970 para cerca de 67 anos em 1985, um aumento na sobrevivência de aproximadamente 10 anos. De forma semelhante, alguns indicadores "domiciliares" dão uma medida alternativa do significado das transformações nas condições materiais de vida das famílias no estado (ver a tabela 3). Em termos aproximativos, poder-se-ia deduzir desses valores que as melhorias nas condições de vida seguem basicamente o quadro das transformações nos níveis de rendimentos das famílias. Assim, se considerarmos a população carente (pobre) como aquela que não tem condições mínimas de vida em função de condições insatisfatórias (ou falta) de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de eletricidade ou de geladeira, os percentuais correspondentes oscilariam entre 3% e 20%. Ou seja, segundo esses dados, em 1985 praticamente toda a população possuía boas condições de abastecimento de água (rede geral, poço ou nascente) ou de energia elétrica. Num segundo nível, 20% e 15% não tinham respectivamente acesso a condições satisfatórias de esgotamento sanitário e a eletrodomésticos básicos, tomando a posse de uma geladeira como *proxy* desses últimos.

Tabela 3
Estado do Rio de Janeiro: alguns indicadores do domicílio

	1970 (%)	1985 (%)
Proporção de domicílios com:		
Água da rede geral	59,7	82,3
Água de poço ou nascente	18,3	15,4
Água de origem não-definida	22,0	2,3
	(100,0)	(100,0)
Esgoto ligado à rede geral	32,4	55,1
Fossa séptica	20,9	25,4
Fossa rudimentar	16,9	7,5
Outros não-definidos	29,8	12,0
	(100,0)	(100,0)
Eletricidade	76,7	96,3
Geladeira	54,3	85,7
0 a 1 pessoa por dormitório	14,3	14,0
+ 1 a 2	38,0	51,7
+ 2 a 3	21,1	22,9
Mais de 3	26,6	11,4
	(100,0)	(100,0)

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1970 e Pnad de 1985.

4. Algumas mudanças no comportamento demográfico

Do ponto de vista demográfico, o Estado do Rio de Janeiro (e o Brasil como um todo) apresentou entre 1970 e 1985 transformações importantes, tanto em sua distribuição espacial como em sua composição etária. A população total do estado foi acrescida anualmente em cerca de 280 mil pessoas, o que corresponde a uma taxa de 2,7% ao ano, ligeiramente superior à média nacional no período (que foi de 2,4% a.a.). Esse crescimento se deu num contexto de dominância de dois efeitos contrários: de um lado, uma queda acentuada no nível da fecundidade em todas as áreas; de outro, uma imigração forte em direção às regiões de atração econômica, as áreas urbanas e metropolitanas do estado. A resultante desta dinâmica contraditória é uma configuração demográfica em 1985 de um estado essencialmente urbano, com mais de três quartos de sua população residindo na área metropolitana, e com uma área rural "esvaziada", em ritmo que implicou, inclusive, um decréscimo absoluto de população (ver tabela 4). Observe-se que nesse mesmo período a renda familiar *per capita* nas áreas rurais cresceu de 0,261 para 0,550 SM, um ritmo de crescimento (5% ao ano) quase que duas vezes superior àquele observado na área metropolitana.

Tabela 4
População do Estado do Rio de Janeiro

	(Milhares)				Renda familiar <i>per capita</i> SM 1970		
	1970	1985	1985 (%)	85/70 % a.a.	1970	1985	85/70 % a.a.
Região metropolitana	6.393	9.998	78,8	3,0	1,023	1,516	2,6
Região urbana							
não-metropolitana	1.021	1.737	13,7	3,6	0,543	1,092	4,7
Região rural	1.051	958	7,5	- 0,06	0,261	0,550	5,0
Total	8.465	12.693	100	2,7	0,870	1,385	3,1

A população economicamente ativa (PEA) cresceu a taxas ainda superiores, não só por efeito da migração e da entrada em idade ativa de uma parcela importante da população, como também pelo desempenho econômico do estado, que permitiu o aumento em ritmo elevado do número de ocupados. Conforme mostra a tabela 5, o PIB do Rio de Janeiro teria aumentado, segundo dados da FGV, a 7% ao ano no período, ou seja, triplicado no total ou quase dobrado em termos *per capita*. O número de pessoas ativas passa de 2,7 milhões em 1970 para 5,4 milhões em 1985. Vale ressaltar que essa cifra seria provavelmente mais alta, não fossem os anos recessivos do início da década de oitenta que contraíram de maneira significativa o nível do produto e emprego no Brasil, e neste estado em particular.

Tabela 5
Estado do Rio de Janeiro

Indicadores econômicos	1970	1985	1970/85 (% a.a.)
PIB* do estado, bilhões de Cr\$ 1970	22.712	62.141	7,0
PIB <i>per capita</i> do estado, Cr\$ de 1970	2.683	4.896	4,1
PEA (em milhares)	2.687	5.428	4,8
Taxa de atividade da população (%)	41,8	54,1	1,7
Produtividade em Cr\$ de 1970	8.453	11.448	2,0

* Estimado e deflacionado pelo IGP-DI da FGV.

Uma variável que sintetiza de forma expressiva essas evoluções tanto demográficas como econômicas é o tamanho da família. De fato, como resultado da menor fecundidade²², reduz-se o número de filhos, bem como, por efeito do maior nível de renda, surge um movimento de “nuclearização” familiar ou do aumento da propensão a criar uma nova família ou morar em domicílio separado, aumentando o número de famílias relativamente à população. Assim, de 1,55 milhão de famílias em 1970, o estado passou a contar com cerca de 2,86 milhões em 1985, o que representa uma taxa anual de crescimento da ordem de 4,5% ao ano, bem acima do ritmo de aumento populacional.

A mudança na estrutura familiar apresenta alguns aspectos bem marcantes. Em primeiro lugar, o tamanho médio da família se reduz em cerca de uma pessoa, caindo de 5,46 em 1970 para 4,44 pessoas em 1985. Essa redução resultou de uma diminuição da participação relativa das famílias grandes (com seis ou mais membros), que cai de um total de 46,4% das famílias em 1970 para quase a metade — mais exatamente, 23,8% — em 1985. Na verdade, quanto menor o tamanho familiar maior o aumento da sua participação relativa, sendo notável o aumento das famílias unipessoais (de 1,5% para 2,7%) e de duas pessoas (de 6,9% para 12%). Essas transformações estão apresentadas na tabela 6.

Um segundo aspecto a enfatizar é que, se por um lado, por efeito da redução da fecundidade verifica-se um envelhecimento da população — a proporção de pessoas com menos de 15 anos cai de 35,7% do total, em 1970, para 30,3% em 1985 —, por outro lado, as famílias menores (com cinco membros ou menos) se rejuvenescem, numa clara indicação de um movimento no sentido da nuclearização da estrutura familiar.

²² A taxa de fecundidade total (TFT) para o Estado do Rio de Janeiro, em 1970, foi estimada em 3,80 filhos por mulher, sendo que para as áreas urbanas o valor da TFT era de 3,50 e para as áreas rurais de 6,94 filhos por mulher. Para 1985, podemos estimar o valor da TFT para o geral do estado em cerca de 2,50 filhos. Observe-se que o censo demográfico de 1980 já indicava um valor da TFT geral de 2,94 filhos, sendo 2,82 e 1,79 os valores para áreas urbanas e rurais do estado, respectivamente, Cf. IBGE, *Anuário estatístico*, 1986, p. 95.

Tabela 6
Estado do Rio de Janeiro – distribuição das pessoas por tamanho da família

Famílias com	1970					1985				
	Idade (%)				Total (%)	Idade (%)				Total (%)
	0 a 9	10 a 14	15 a 64	65+		0 a 9	10 a 14	15 a 64	65+	
1 pessoa	0,0	0,0	79,2	20,8	1,5	0,0	0,0	76,1	23,9	2,7
2 pessoas	1,0	1,6	82,3	15,1	6,9	7,0	1,7	76,9	14,4	12,0
3 pessoas	14,2	4,6	74,6	6,6	12,1	18,5	4,0	71,0	6,5	19,2
4 pessoas	22,8	8,0	65,7	3,5	16,4	26,0	8,6	62,9	2,5	24,3
5 pessoas	25,3	11,2	60,6	2,9	16,7	25,9	12,7	59,5	1,9	18,0
6 pessoas	29,5	13,2	55,0	2,3	13,5	24,1	15,3	58,7	1,9	9,8
7 e + pessoas	30,8	18,7	48,9	1,6	32,9	22,9	17,8	58,0	1,3	14,0
Total (%)	23,9	11,8	60,2	4,1	100	21,0	9,3	64,8	4,9	100
Tamanho médio da família					5,46					4,44
Número de famílias (milhares)					1.550					2.859

No que diz respeito ao aspecto econômico da organização familiar, nota-se que a razão entre o número de pessoas ocupadas (de mais de 14 anos e menos de 65 anos) e o total de pessoas aumenta de 50%, passando de 42,6% em 1970 para 63,8% em 1985. Aproximadamente, isso significa que numa família de cinco pessoas, se em 1970 dois trabalhavam, em 1985 trabalhavam três. Como mostra a tabela 7, este aumento deveu-se em larga medida à entrada de mulheres no mercado, embora para homens jovens o aumento da participação na PEA tenha sido também muito substancial. Durante o período, apenas os homens mais velhos tiveram diminuídas suas taxas de atividade, possível reflexo de uma maior formalização do mercado de trabalho com a concomitante extensão da cobertura previdenciária.

Tabela 7
Estado do Rio de Janeiro – taxas de atividade por idade (%)

Idade	1970		1985	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 14 anos	4,6	3,5	11,6	5,1
15 a 64 anos	77,7	25,7	84,3	44,4
65 anos e mais	32,3	4,6	25,5	6,9
Total	63,8	21,2	72,1	37,3

Para efeito dos objetivos deste trabalho, essas constatações representam um dado importante. A família, unidade básica da organização econômica e social, teve uma dinâmica expressiva que se manifestou por um movimento de ajuste na sua estrutura. Tal ajuste se deu no sentido de uma maior nuclearização e de uma maior uniformidade, reduzindo o número de dependentes – particularmente, os menores – e aumentando a propensão a trabalhar dos seus membros. Por se tratar de um movimento generalizado, pode-se dizer que a família de certa forma se homogeneizou em sua composição e suas características econômicas.

5. Decompondo a renda familiar

Conforme argumentamos antes, a dinâmica da renda familiar (nível e distribuição) resulta da combinação de fatores de natureza diversa. Avaliações e interpretações robustas dessa dinâmica não podem, portanto, prescindir de análises que levem em conta, de modo abrangente e detalhado, a complexidade dos fenômenos subjacentes a esse indicador. Neste trabalho não se pretende proceder a um estudo tão abrangente: propõe-se mais modestamente tratar essa problemática desde uma perspectiva simples, porém suficientemente completa para que possa ser elucidativa e ilustrativa dessa complexidade. Nesse sentido, é proposta uma especificação ou modelo onde fatores econômicos e demográficos são explicativos da evolução da renda familiar *per capita*. Esse modelo servirá para verificar e avaliar a contribuição de cada fator na determinação dessa trajetória, o que constitui o propósito central deste exercício.

5.1 O modelo

O modelo escolhido, definido formalmente mais adiante, consiste numa relação contábil ou de identidade entre a renda familiar e três fatores principais. O primeiro refere-se essencialmente à condição de atividade das pessoas, o grau de participação econômica da família ou, ainda, o nível e a variação na disposição de trabalhar por parte dos membros da família. Esse fator será representado, por um lado, pela população ocupada (com rendimento) e, por outro, pelos inativos, que, embora não trabalhem, têm rendimentos e contribuem, portanto, para a formação da renda familiar.

O segundo fator seria representativo da capacidade desse aparelho social como um todo, e o de produção em particular, em remunerar as pessoas pelo seu trabalho, pelos seus ativos, por aposentadoria, etc. Este fator foi igualmente dividido em duas componentes: uma que corresponde à remuneração média (> 0) das pessoas ativas (maiores de nove anos de idade), sendo a outra, a da remuneração média (> 0) das pessoas inativas (ou não-ocupadas, também maiores de nove anos). Dessa forma separam-se tipos de remuneração essencialmente distintos, quais sejam, o primeiro ligado predominantemente ao trabalho e o segundo predominantemente a outras fontes, mais heterogêneas entre elas, como seguridade social, capital, etc. Finalmente, o terceiro seria um fator normalizador, que atuaria no sentido de relativizar a renda familiar total: esse fator é o tamanho da família.

Havendo definido os fatores, cabe apresentar a especificação escolhida. Esta pode ser escrita da seguinte forma:

$$Y = (RA + ri)/T,$$

onde Y , a renda familiar *per capita* (pc), é:

diretamente proporcional ao número de ativos (A) e inativos (i) com rendimento na família e suas respectivas remunerações médias (R , r);

— inversamente proporcional ao tamanho da família (T), ou seja, ao número total de membros da família, sejam eles ativos, inativos com ou sem rendimento, menores ou maiores de idade.

Ao derivar esse modelo em relação ao tempo, pode-se avaliar a contribuição relativa de cada um desses fatores na evolução do indicador principal (Y). Preliminarmente a esses cálculos, serão feitos, no entanto, alguns comentários a respeito dos valores numéricos assumidos por esses fatores.

5.2 Valoração dos fatores

Os valores do primeiro fator, que diz respeito à condição de ocupação das pessoas, constam da tabela 8. Há que ressaltar que os valores utilizados no modelo são somente aqueles referentes aos grupos de ativos e inativos com rendimento.

Tabela 8
Estado do Rio de Janeiro
Ocupação

	1970	1985	1970-85
	(milhares)		% a.a.
Pessoas ativas (mais de nove anos)	2.683	5.428	4,8
....das quais com rendimento	2.592	5.055	4,6
.....homens	1.907	3.274	3,7
.....mulheres	685	1.781	6,6
Pessoas inativas (mais de nove anos)	3.713	4.538	1,3
....das quais com rendimento	423	1.197	7,2

A tabela 8 permite verificar que o número de ocupados cresce muito mais rapidamente que a média da população, inclusive aquela com idade de trabalhar (ver tabela 4), enquanto os inativos crescem bem abaixo dessa média. Isso implica um aumento da taxa de atividade. Verifica-se, ademais, que tal aumento deveu-se principalmente à crescente participação das mulheres no mercado de trabalho.

É igualmente interessante notar que, entre ativos e inativos, os comportamentos são distintos relativamente à remuneração. No grupo dos ocupados existe uma certa estabilidade no tempo quanto à proporção dos remunerados, no caso dos inativos essa proporção tende a mudar aceleradamente, fazendo com que aumentem cada vez mais o número e a proporção de inativos com renda.

Em seguida, o fator das remunerações, apresentado em seus valores na tabela 9, permite estender os comentários nas seguintes direções principais.

Tabela 9
Estado do Rio de Janeiro
Indicadores de renda

	1970	1985	1970-85
			a.a.
Rendimento médio (em múltiplos de salário mínimo de 1970)	2,416	2,965	1,4
Rendimento médio das mulheres ocupadas	1,517	1,883	1,5
Rendimento médio dos homens ocupados	2,739	3,554	1,8
Rendimento médio dos inativos	2,516	2,200	-0,9

A expansão da presença feminina na força de trabalho determinou, em alguma medida, a relativamente baixa taxa de crescimento de remuneração média dos ocupados (1,4% ao ano). Com efeito, as mulheres ganham menos que os homens, e essa relação não se altera ao longo do período: os homens seguem ganhando em média quase o dobro das mulheres. Ademais, uma comparação com os valores de crescimento da renda familiar *per capita* (ver tabela 1) indica que

esta cresceu muito acima das rendas pessoais, o que confirma, entre outros, que importantes alterações ocorreram no equacionamento da economia doméstica.

Finalmente, o terceiro fator (ver tabela 6), já comentado e justificado anteriormente, consiste no número de familiares ou no tamanho da família.

Encerrando esses comentários, vale destacar que o elenco de observações analisadas indica que alterações acentuadas ocorreram ao longo do período em estudo, e isto fica claro apesar de ter-se utilizado um número limitado de variáveis e um baixo nível de desagregação das mesmas.

5.3 Resultados da derivação

Os resultados obtidos nos casos da derivação do modelo que nos interessa²³ constam da tabela 10. Para efeitos de apresentação, normalizou-se em 100% a variação da renda, o que simplifica a leitura e não altera em nada o sentido dos resultados.

Tabela 10
Estado do Rio de Janeiro

Fatores	Peso dos fatores explicativos da variação da renda familiar 1970-85 (%)
Remuneração dos ocupados (R)	39,6
Número de ocupados (A)	10,0
Remuneração dos inativos (r)	-3,7
Número de inativos com rendimento (i)	15,9
Tamanho da família (redução) (T)	38,2
Variação total de:	100,0

Não se pretende esgotar aqui a gama de interpretações possíveis desses resultados, mas tão-somente destacar os que parecem mais significativos. Um primeiro ponto seria o de um certo equilíbrio entre os efeitos mais tipicamente demográficos ou econômicos. De fato, para o aumento da renda familiar *per capita* contribuíram praticamente em proporção igual o tamanho (redução) da família e a remuneração dos ocupados. Num segundo nível, verifica-se que a contribuição do número de ocupados é relativamente reduzida, se contrastada com o aumento considerável da taxa de ocupação, ligado como vimos à entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho. A explicação reside no fato de as famílias terem diminuído em tamanho não só através da queda da fecundidade (número de filhos) mas também através do processo de nuclearização. Ou seja, com certa frequência, nesse período, um membro economicamente ativo (ou potencialmente ativo) decidiu deixar a família de origem e criar seu próprio núcleo familiar, mudar de domicílio, diminuindo o tamanho da família de origem. Parece existir,

²³ A derivada total (dY) da relação em questão, que permite aproximar a contribuição de cada variável na variação total da renda familiar *per capita* (Y), se define da seguinte forma:

$$dY = AdR/T + RdA/T + rdi/T + idr/T - dT(Ar + ir)/T^2.$$

portanto, uma interação entre nuclearização da família e aumento da proporção de membros ocupados, agindo no sentido de expandir a renda familiar *per capita* (pc), seja através do incremento do termo *A* do numerador, seja indiretamente, reduzindo o valor do denominador *T*.

Os resultados obtidos para os inativos são igualmente interessantes. Nesse caso houve uma contribuição positiva ponderável (+ 15%) do contingente de inativos, juntamente com um efeito negativo da remuneração média correspondente (- 3,7%). Uma possível explicação seria a de uma grande mudança na composição desse contingente. Com efeito, por um lado é provável que a progressiva formalização do mercado de trabalho e os direitos à aposentadoria e outros benefícios sociais que a acompanham tenha tomado os inativos “remunerados” um evento muito mais freqüente na população em geral e entre os inativos em particular. Por outro lado, a presença em maior número relativo de aposentados “formais”, que *a priori* têm uma renda menor que os “rendatários”, outro contingente importante entre os inativos com remuneração, fez com que a renda média do grupo caísse. Como um todo, a movimentação desse grupo teve, no entanto, um efeito positivo sobre o aumento da renda familiar, uma vez que o efeito da expansão do contingente de inativos remunerados superou a queda relativa de sua renda média.

6. Conclusões

A pesquisa tem revelado a complexidade das inter-relações entre a estrutura demográfica das populações e o nível e a distribuição de variáveis econômicas. No presente trabalho, concentramos nossa atenção sobre a articulação das profundas mudanças no comportamento demográfico experimentadas pela população brasileira, recentemente, com a situação de bem-estar dessa população. Em particular, três componentes foram destacados para fins dessa análise: a rápida queda no nível reprodutivo das mulheres brasileiras (o que afeta diretamente o tamanho da família); a tendência à nuclearização familiar, isto é, a propensão crescente à constituição de famílias bigeracionais apenas; e o acentuado aumento da propensão ao envolvimento dos membros da família, particularmente das mulheres, em atividades remuneradas no mercado de trabalho.

A consequência dessas mudanças do comportamento indica que, a par do aumento real “independente” nos níveis de remuneração média do trabalho observado no período estudado (1970-85), verificou-se uma tendência à padronização da família e a uma melhoria de seus níveis de bem-estar. Propusemos uma decomposição das transformações ocorridas nos rendimentos familiares em termos das contribuições das mudanças em cada um dos elementos aqui apontados. A aplicação dessa decomposição a dados relativos ao Rio de Janeiro naquelas datas confirma a relevância desses elementos, indicando que os principais fatores na melhoria da renda familiar *per capita* são a redução no tamanho da família — consequência da redução no nível de fecundidade e da nuclearização familiar — e o aumento no nível de remuneração média da população ocupada — reflexo do rápido crescimento econômico observado especialmente durante a década de 70.

Ambos os fatores têm efeito de magnitude similar, somando cerca de 80% da mudança total verificada nos rendimentos.

Embora se tenha, em geral, que chamar a atenção para as limitações dos resultados quantitativos obtidos nessa área de estudo, em função da qualidade das estatísticas envolvidas, entendemos que estas podem, em certo grau, fragilizar as conclusões, mas não comprometê-las nem alterá-las em sua essência. Por outro lado, o fato de este trabalho ter-se reportado somente ao estado do Rio de Janeiro não nos parece constituir uma limitação importante; acreditamos que o estudo de outras regiões urbanas — que comportam atualmente cerca de três quartos da população do país — deva fazer emergir resultados e sugerir conclusões semelhantes. Em realidade, uma desejável e interessante extensão deste trabalho seria a de acrescentar novas dimensões espaciais (demais estados da federação, regiões metropolitanas, etc.) Uma segunda extensão (alternativa) igualmente interessante seria, num plano econômico, verificar as influências das transformações aqui analisadas sobre a estrutura e o nível de consumo.

Abstract

This paper aims at describing the evolution of the living conditions of the Rio de Janeiro State population from 1970 to 1985. It compares a set of social indicators and breakdown the dynamics of household income. The text first deals with questions related to the inter-relationships between population growth and economic development, making a special reference to the household's role in generating and redistributing income. In the following section, the main demographic (fertility and migration) and economic (participation rates) changes that occurred during this period are presented. Finally, on the basis of a definitional equation, a structure of the relative contributions of economic and demographic factors to the household income evolution is proposed.